



Enfoque: Reflexão Contábil

ISSN: 1517-9087

eduem@uem.br

Universidade Estadual de Maringá

Brasil

Massahiro Moribe, Ademir; Panosso, Alceu; Henrique Marroni, Carlos
UM ENFOQUE SOBRE CORREÇÃO MONETÁRIA INTEGRAL E AJUSTE A VALOR PRESENTE EM
CONFORMIDADE COM AS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Enfoque: Reflexão Contábil, vol. 26, núm. 1, enero-abril, 2007, pp. 17-28

Universidade Estadual de Maringá

Paraná, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=307124230002>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

UM ENFOQUE SOBRE CORREÇÃO MONETÁRIA INTEGRAL E AJUSTE A VALOR PRESENTE EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Ademir Massahiro Moribe¹
Alceu Panosso²
Carlos Henrique Marroni³

RESUMO

A partir de 2005, vários mercados de capitais adotaram as orientações da Organização Internacional das Comissões de Valores Mobiliários – IOSCO, passaram a divulgar as informações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade; uma tendência mundial convergindo na adoção desta prática contábil. Particularmente no Brasil, para inserir as normas contábeis, neste processo de convergência, requer que as demonstrações contábeis sejam apresentadas em moeda de poder aquisitivo constante, ajustando as transações pré-fixadas a valor presente. Realça, no caso brasileiro, que desde 1996, as empresas deixaram de reconhecer os efeitos inflacionários em suas demonstrações contábeis, em virtude da Lei 9.249, de 26-12-1995, que tratou do controle da inflação, durante a implementação do plano real, e do fim da correção monetária das demonstrações. O problema é que, entre 1995 a 2006, foi registrada uma inflação acumulada de mais de 220% inviabilizando as análises comparativas das demonstrações. Diante disso, percebeu-se a necessidade de as empresas destacarem a correção monetária e também o ajuste a valor presente das contas com valores futuros, especialmente, Fornecedores e Clientes. Assim, a correção dos valores deve evidenciar o valor presente e a correção monetária (integral) sobre todas as contas do Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido e Resultado do Exercício. O benefício na aplicação da técnica da correção monetária é a evidenciação do reflexo inflacionário em cada uma das contas monetárias, tais como: caixa, bancos, duplicatas a receber, empréstimos, fornecedores, além de corrigir contas não monetárias como: estoques, despesas antecipadas, receitas de exercícios futuros, entre outras. Nesse sentido, este estudo buscou demonstrar a aplicação do Valor Presente e da Correção Monetária Integral em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade, quanto

à apresentação das demonstrações contábeis em moeda constante.

Palavras Chave: Correção Monetária; Valor Presente; Normas Internacionais de Contabilidade.

ABSTRACT

Since of 2005 some capital markets, had started to adopt orientation of the International Organization of Securities Comissions - IOSCO, to divulge information financial in accordance with the international accounting standards. Being thus, it has a world-wide trend converging in the adoption of this practical accounting. Particularly Brazil, to insert the accounting standard, in this process of convergence, requires that the financial reporting are presented in currency of purchasing power constant, adjusting the transactions with daily pay-settled taxes the present value. It salient in the Brazilian case that since 1996 the companies had left to recognize the inflationary effect in its financial reporting, in virtue of Law 9,249 of 26-12-1995, that she dealt with the control of the inflation during the implementation of the real plan and the end of the indexation of the demonstrations. The problem was that the 2006 enter 1995 were registered an accumulated inflation of more than 220% making impracticable the comparative analyses of the financial reporting. Ahead of this, it is perceived necessity of the companies also to detach the indexation and the adjustment the present value of the accounts with future, especially Supplying values and Customers. Therefore the correction of the values must evidence the present value and the indexation (integral), on all the accounts of the Asset, Liabilities, Equity and Year-end results. The benefit in the application of the technique of the indexation, is the evidention of the inflationary consequence in each one of the monetary accounts, such as: cash, banks, duplicates to receive, loans, suppliers, beyond correcting not monetary accounts

¹ Professor Assistente do Departamento de Contabilidade da Universidade Estadual de Maringá-UEM / Mestre em Contabilidade pela FGV / E-mail: ammoribe@uem.br

² Professor Auxiliar do Departamento de Contabilidade da Universidade Estadual de Maringá-UEM / Mestre em Engenharia de Produção pela UFSC / E-mail: apanosso@uem.br

³ Professor Assistente do Departamento de Contabilidade da Universidade Estadual de Maringá-UEM / Especialista pela UEM / E-mail: chmarroni@wnet.com.br

as: supplies, anticipated expenditures, prescriptions of future exercises, among others. Therefore, this study it searched in compliance with to demonstrate the application of the Present Value and the Integral Indexation to the international accounting standards how much to the presentation of the financial reporting in constant currency.

Keywords: indexation; present value; international accounting standards

1. INTRODUÇÃO

Dizer que a contabilidade é uma importante ferramenta no suporte às operações e à produção de informações é realçar a sua utilidade na gestão dos negócios da entidade. A busca pela excelência dos serviços contábeis perpassa a capacidade de proporcionar informações necessárias, observadas algumas das características como a da qualidade, da objetividade e da consistência, para que o usuário possa tomar decisões e ter iniciativas que permitam a empresa atingir os objetivos. Ou seja, perpetuar-se indefinidamente na continuidade dos negócios e proporcionar o retorno de seus investimentos, mediante lucro e aumento do valor da riqueza do investimento.

Esse contexto da contabilidade deve ser estudado à luz da intensificação do intercâmbio comercial e de serviços, nos últimos anos, envolvendo todo o sistema de gestão, produção e operações, e, principalmente, o sistema financeiro, que provocou grandes transformações no mercado de produtos, fatores de produção e de serviços, estabelecendo novos padrões de eficiência e qualidade. Para a continuidade dos negócios, tendo em vista os objetivos de crescimento propostos, as empresas necessitam buscar cada vez mais mecanismos de produtividade, através da inovação dos processos, produtos e serviços, além da otimização gerencial, focalizando estratégias que propiciem acentuadas reduções de custos. Nesse cenário, um dos objetivos das empresas passou a ser a busca incessante do aumento da produtividade para fazer frente à competição internacional. Logo, tornou-se necessário a modernização tecnológica, que possibilitasse o desejado aumento da produtividade em contraposição a redução dos custos. A globalização estabelece, assim, a necessidade de um processo de gestão comprometido com a alta produtividade, comparado às dimensões internacionalmente aceitas. O

referencial de produtividade e competitividade não é mais o concorrente localmente estabelecido, mas empresas com padrão de classe mundial denominado de “*World Class Company*”.

A mensuração dos indicadores de produtividade e competitividade requer informações derivadas de regras e definições consistentes e harmônicas, que permitam parâmetros de comparações entre empresas estabelecidas em diferentes países. Atualmente, as normas contábeis vigentes nos países da economia mundial são dispersas e divergentes e, por isso, não permitem comparações de dados entre empresas. Assim, empresas transnacionais, com operações em diversos países, que necessitam de informações sobre o desempenho global de suas operações, precisam conciliar dados elaborados sob diferentes normas contábeis em subsidiárias estabelecidas nesses países. Estas dificuldades criam embaraço sobre o papel da contabilidade na geração de informações, requerendo, portanto, estudo de normas convergentes, para facilitar comparações de desempenho entre empresas de diferentes países e, também, a consolidação de resultados de empresas transnacionais.

Horngren (2004) define contabilidade como:

O sistema de informação que mede as atividades do negócio processa as informações em relatórios e comunica para os tomadores de decisão. É freqüentemente chamada de a linguagem dos negócios. Quanto melhor você entender essa linguagem, melhores serão suas decisões de negócio.

Conforme esclarece Santos (1995), até a II Guerra Mundial, os processos de produção têm base, essencialmente, local ou nacional, utilizando eventualmente a importação de matérias-primas do exterior. A partir de 1945, a humanidade assistiu a um forte processo de interação dos sistemas produtivos mundiais. No ocidente, as empresas multinacionais articularam um sistema complexo de produção, a partir de diferentes pontos do globo, realizando um gigantesco movimento de capital, em nível internacional, expandido drasticamente entre os serviços e o mercado de capital financeiro.

Porém, não se pode restringir a globalização apenas aos aspectos econômicos e comerciais, pois é grande a influência das questões relacionadas ao desenvolvimento tecnológico, devido ao grande avanço dos meios de comunicações associados à informática, à eletrônica, à redução das restrições

comerciais, à convergência de materiais e processos, às transformações culturais e a outros aspectos não menos importantes.

Vale lembrar que, alguns fatores contribuíram de forma significativa para acelerar as mudanças nas formas de “internacionalização”, dentre os quais se destacam:

- a) A flexibilização das regulamentações financeiras, que possibilitaram a gradual eliminação de barreiras aos fluxos de capitais internacionais, promovida por números crescentes de países;
- b) O desenvolvimento de novas tecnologias nas áreas de telecomunicação, de informática e de gestão;
- c) A crescente participação dos chamados investidores institucionais nos mercados financeiros mundiais, através do mercado financeiro e de capitais. (Fundos de Pensão, Ventures Capital, Bancos de Investimento, etc);
- d) A formação de blocos de comércio tais como: o Nafta, a União Européia, o Mercosul e a Alca.

Diante dos fatores descritos, associada a crescente importância do investimento de capital externo em ativos no Brasil, as operações de fusões e aquisições de empresas e o incremento do comércio internacional têm exigido a criação de uma linguagem contábil, que seja universalmente entendida e válida. O Brasil, como país integrante desse contexto, deve buscar sua inserção imediata como um dos signatários interessados em participar da convergência das normas contábeis. A *International Financial Reporting Standards-IFRS*, que tem por objetivo proporcionar essa plataforma universal e a convergência para a adoção de um conjunto completo de normas contábeis e de divulgação de informações de qualidade universalmente reconhecida, confere credibilidade e transparência à administração e demonstra seu comprometimento com a empresa – qualidades fundamentais à boa governança corporativa(1). A aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade pelas empresas tem conotações distintas; em algumas delas são meramente normativas, outras, talvez ainda mais importantes, estão associadas a benefícios econômicos concretos, na forma de atração de maior volume de investimentos e redução do custo de capital.

Os investidores do mercado de capitais nunca foram um grupo tão vasto e formado por pessoas com tão diferentes “backgrounds” socioculturais e variados graus de sofisticação e entendimento da dinâmica de atuação das empresas

e dos investimentos financeiros. Melhor poderá ser a percepção sobre os riscos, possibilitando dimensionar retornos para o capital que se pretende investir. Em 2000, a Organização Internacional das Comissões de Valores Mobiliários – IOSCO – recomendou a aceitação das Normas Internacionais de Contabilidade a todas as bolsas de valores, inclusive à bolsa brasileira, para a elaboração de demonstrações financeiras de empresas listadas.

A tendência nos meios acadêmicos e profissionais no Brasil é apoiar a convergência das práticas contábeis geralmente aceitas em conformidade com as orientações da IFRS. O Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON, que publicou uma tradução, para o português, das IFRS emitidas até o ano de 2001, deu início a um amplo projeto de harmonização das normas brasileiras às internacionais; e cinco empresas brasileiras (Bradesco, CVRD, Banco Itaú, Pão de Açúcar e Petrobrás) contribuem regularmente com recursos financeiros para o esforço do IASB de promover a harmonização das normas contábeis.

O *International Accounting Standards Board* – IASB (Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade), responsável pela emissão das *International Financial Reporting Standards-IFRS* (antes conhecidas como *International Accounting Standards* – IAS), ou Normas Internacionais de Contabilidade, foi criado, na sua forma atual, como resposta à demanda por melhores e mais consistentes parâmetros de governança corporativa e de princípios contábeis, identificados pelo Fórum de Estabilidade Financeira (que reúne o G8, o FMI e o Banco Mundial, entre outros). O Fórum reconhece que a estrutura contábil tem papel fundamental na promoção da boa governança corporativa, além de contribuir positivamente na eficiência dos esforços do mercado financeiro.

A rapidez com que muitos dos mercados desenvolvidos estão adotando as normas internacionais indica claramente que, dentro em breve, essa será a única linguagem contábil existente. Com efeito, a partir de 2005, dezenas de países passaram a exigir de suas empresas a divulgação de informações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade.

Diane disso, o objetivo neste trabalho é apresentar a técnica da correção monetária integral e ajuste a valor presente como importantes ferramentas para o aperfeiçoamento das mensurações contábeis, cuja metodologia utilizada foi um estudo de caráter exploratório.

2. CORREÇÃO MONETÁRIA INTEGRAL

A economia brasileira tem conseguido controlar, nos últimos doze anos, os problemas provocados pela Inflação. Por conseguinte, os estudos sobre a perda do poder de compra, correção monetária e outros assuntos correlatos deixaram de ser evidenciados nos meios acadêmicos e empresariais. Isso, porém, não significa dizer que os problemas deixaram de existir, mas que o enfoque passou ser a capacidade gerencial da manutenção do poder de compra das empresas atuantes no Brasil em relação aos padrões internacionais (euro e dólar). Também, nesse período, foram evidenciados os efeitos da variação cambial no seu patrimônio e em suas operações, motivadas pela volatilidade das valorizações e desvalorizações da moeda corrente (R\$) frente ao (US\$) e do (•\$) na organização das informações convergentes a um parâmetro mundial. Nos anos recentes, as oscilações cambiais dessas moedas estrangeiras têm provocado ganhos ou perdas do poder aquisitivo em relação à moeda corrente nacional e, por conseguinte, têm afetado o resultado das empresas, medidos conforme as regras contábeis vigentes no Brasil. (Vide quadro 2).

A partir de 1996, o governo extinguiu a correção monetária do Balanço através da Lei nº. 9.249/1995 para fins societários e fiscais. O problema é que proibiu o efeito (correção) e não as causas (inflação). Porém, apesar da proibição da correção monetária, persistiram registros evidentes da inflação, que têm levado a inúmeras controvérsias quanto à identificação ou não do seu efeito nas empresas. Se a correção monetária era um mal necessário, não é menor o efeito desastroso que ocorre com o não reconhecimento dos efeitos da inflação nas demonstrações financeiras. Quando se pretende fazer comparativos da evolução histórica das contas ao longo do tempo ou mesmo quando se necessita saber o valor real de seu patrimônio comparando-se aos valores atuais de mercado, é necessário que trabalhe com alguma técnica de atualização monetária.

Diante disso, para que as demonstrações contábeis apresentem dados confiáveis ao longo do tempo, o mais indicado é que as empresas utilizem-se da técnica de correção monetária, mesmo que apenas para fins gerenciais.

Padoveze (2004, p.122) relata que: "A correção monetária de balanço nada mais reflete do que os efeitos da inflação nas contas patrimoniais; portanto, perdas e ganhos monetários são valores **reais** que devem aumentar e diminuir o lucro do

exercício".

Para demonstrar o que realmente ocorre com cada uma das contas, patrimoniais ou de resultado, faz-se necessário trabalhar com a técnica de correção monetária integral, por esta demonstrar os ganhos e perdas com itens monetários, bem como a correção dos itens não monetários, receitas, custos e despesas.

Para Yamamoto (1994, p. 282): "[...] ITENS MONETÁRIOS são aqueles ativos ou passivos que representam dinheiro em espécie, direito a receber em dinheiro ou obrigação a ser saldada com pagamento em dinheiro".

Segundo Padoveze (2004, p. 106): "São considerados ativos monetários aqueles cujo valor não depende de realização, ou seja, de um evento posterior a venda. Basicamente a característica dos ativos monetários é terem seu valor atrelado e prefixado em moeda".

De acordo com Padoveze (2004, p. 108), os passivos monetários também sofrem os efeitos da inflação, só que de maneira inversa ao ativo. O autor defende ainda que, os passivos monetários são divididos em: Monetários Puros (Fornecedores, Duplicatas a Pagar, Salários e Encargos a pagar, Impostos a recolher, Contas a pagar prefixadas e Monetários com mecanismo de defesa, Financiamentos, Empréstimos com juros ou correção monetária ou cambial, imposto de Renda com correção monetária).

Para Yamamoto (1994, p. 290): "São itens não monetários todos os que não representam obrigação determinada de pagar em dinheiro ou direito de receber em dinheiro, pelo menos numa acepção simples".

Diante do exposto, pode-se perceber que os itens monetários estão vinculados à moeda ou a valores a receber ou a pagar, que terão sua realização em moeda, se restringindo assim ao caixa, banco, duplicatas a receber e outros direitos a receber em moeda, fornecedores, empréstimos e outros valores a pagar em moeda. Dessa forma, todos os bens e as contas que não são conversíveis em dinheiro sem que haja uma operação de vendas, fazendo parte dos itens não monetários.

Iudíibus *et al* (2003, p. 499) afirma que:

No transcorrer de um período com inflação, os itens de natureza monetária, como disponível, realizáveis e exigíveis, são normalmente demonstrados em termos de moeda com poder aquisitivo atual, ou próximo do atual. No entanto itens de natureza não Monetária, como por exemplo, o imobilizado, os estoques e o

capital integralizado pelos acionistas, podem estar representados por valores formados em diversos exercícios por moedas com vários níveis de poder aquisitivo.

Para gerenciar os itens monetários em termos de manutenção do poder de compra, basta que a empresa tenha uma diretriz de acompanhamento da projeção da inflação para que seus contratos sejam formalizados dentro dessa perspectiva. Assim, quando a empresa efetuar vendas a prazo, contratar compras a prazo e obtiver empréstimos ou financiamentos, deverá seguir uma política de juros de acordo com o nível de inflação esperado. Sendo assim, não é recomendável possuir montantes elevados em caixa e em conta corrente bancária, mas buscar sempre mecanismos de proteção para que não sejam corroídos pela inflação. Para acompanhamento das perdas e ganhos com a inflação, a técnica mais indicada é a correção monetária integral.

Mesmo com a extinção da correção monetária, excelentes legados ficaram como referências, especialmente as normas estabelecidas à época pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), como a Instrução CVM – 64 de 1987, 138 de 1991, 146 de 1991, 191 de 1992 e 248 de 1996.

Através do quadro 1, elaborado com dados extraídos do site do FMI-Fundo Monetário Internacional, pode-se perceber a disparidade inflacionária que ainda depara-se ao fazer a comparação entre o Brasil e outros países tais como: Estados Unidos, Japão e Alemanha.

Quadro 1 - Inflação IPC

Ano	EUA	Japão	Alemanha	Brasil
1996	3.3	0.1	1.2	9.2
1997	1.7	1.8	1.1	5.1
1998	1.6	0.6	0.5	1.7
1999	2.7	- 0.3	0.1	8.6
2000	3.4	- 0.7	0.9	5.8
2001	1.6	- 0.7	1.9	7.4
2002	2.4	- 0.9	1.8	11.9
2003	1.9	- 0.2	1.6	9.0
Soma	18.6	- 0.3	9.1	58.6
Acumulado	20.2	- 0.3	9.5	75.5

Considerando que o Brasil ainda possui desajustes econômicos capazes de interferir na inflação, fica evidente a necessidade de apresentação das demonstrações contábeis em

moeda constante para fins gerenciais, já que para fins societários não há previsão de que possa ocorrer alteração na legislação, tornando a correção monetária novamente obrigatória. Sendo assim, o quadro 2 evidencia a evolução da inflação de 1995 a 2006, bem como a taxa de juros praticada e a taxa cambial corroborando a necessidade da prática da técnica de conversão das demonstrações contábeis em moedas mais estáveis, ou seja, a substituição da moeda funcional.

Quadro 2 – Evolução da Inflação Pós Plano Real - 1995

Ano	IGPm (FGV)	IPC (FIPE)	Taxa de Juros ANBID	Dólar Comercial (PTAX) R\$/US\$
1995	15,24	23,17	34,54	0,638
1996	9,20	10,03	22,73	0,917
1997	7,74	4,82	37,19	1,005
1998	1,78	-1,79	27,72	1,078
1999	20,10	8,64	18,93	1,161
2000	9,95	4,38	16,51	1,815
2001	10,38	7,13	19,07	1,830
2002	25,31	9,92	24,09	2,350
2003	8,71	8,17	16,34	2,921
2004	12,41	6,57	16,76	3,078
2005	1,22	4,53	18,39	3,075
2006	3,83	2,55	13,08	2,285
Acumulado	223,70	130,21		

A perda do poder aquisitivo da moeda nacional afeta diretamente a contabilidade, face aos reflexos nos valores das contas e no lucro (ou prejuízo). As demonstrações elaboradas a valores históricos (sem nenhum ajuste) apresentam um somatório de valores em real (R\$) de diferentes poderes aquisitivos com pouca representatividade informacional para tomada de decisão. Por ocasião das (des)valorizações do real frente ao dólar, salientando o fato de que entre 1995 a 1997 a desvalorização foi de, aproximadamente, 40% e, de 1997 a 2005, de 205%, foram grandes as perdas financeiras nas empresas, sem que o governo se preocupasse em atenuar os prejuízos, tendo em vista a intensa necessidade de arrecadação tributária. Sendo assim, pode-se perceber que a variação do IGPm(FGV) acompanha a variação cambial frente ao dólar. No entanto, o IPC (FIPE) não reflete essa variação.

Tomando-se por base a necessidade de apresentar ao usuário da informação contábil um patrimônio próximo da realidade, faz-se necessário observar alguns aspectos que são fundamentais na

elaboração das demonstrações contábeis, seguindo a técnica de correção monetária integral, conforme parágrafos de 11 a 28 da NIC-29 (Norma Internacional de Contabilidade):

- Grande importância em economias de elevado grau de inflação;
- Itens monetários e itens não monetários são demonstrados em valores próximos da realidade;
- Mesmo em economias em que se busca o controle da inflação a correção monetária torna-se importante;
- Atualizar as demonstrações com base em moeda forte possibilita apresentar um resultado que melhor represente a realidade da empresa, através de Índices gerais de preços do país (IGPM, IPC); variação do dólar, euro, etc;
- Indexador: Aumento de preço (inflação);
- Desindexador: Diminuição de preços podendo chegar à (deflação);
- Atualização Monetária ou correção Monetária.
- Além de produzir demonstrações contábeis em uma única moeda para todos os seus componentes, evidencia o efeito da inflação nos elementos patrimoniais;
- Torna-se necessário à adoção de um índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda corrente;
- Para elaboração da correção integral, parte-se dos valores históricos registrados e não dos valores de mercado. Por esse motivo, mantém-se o Princípio do Custo Original como Base de Valor.

Além dos aspectos importantes relatados, existem inúmeras razões para que uma empresa apresente suas demonstrações contábeis em moeda constante, dentre as quais se destacam algumas de grande relevância:

- Perda de capacidade de compra, com as disponibilidades e com os valores a receber;
- Ganho de capacidade de compra com os valores a pagar;
- Lucro Bruto distorcido, ao comparar-se o preço de venda com o custo histórico;
- Defasagem nos valores de ativos não monetários;
- Desatualização dos valores de receitas e despesas nas demonstrações de resultados, pois normalmente ocorre de somar valores dos últimos 12 meses para, só então, conhecer o resultado do ano da empresa;
- Enormes distorções na apresentação de demonstrações financeiras, comparando-as com períodos anteriores; e
- Distorção nos índices de Análise financeira.

A seguir, apresenta-se, também, alguns objetivos da conversão das demonstrações contábeis em moeda forte, tendo por base a NIC-15 (Norma Internacional de Contabilidade):

- Proporcionar condições de gerar informações para manutenção do capital investido;
- Possibilitar a consecução de demonstrações contábeis não sujeitas aos efeitos inflacionários;
- Possibilitar a comparação de dados de empresas situadas em diversos países (equivalência patrimonial e consolidação das demonstrações contábeis);
- Permitir a identificação dos ganhos ou perdas nos itens monetários;
- Possibilitar a harmonização das regras contábeis para fins de comparação;
- Auxiliar na Busca da eficiência informacional do processo de gestão, visando atingir os objetivos preestabelecidos (geração de riquezas); e
- Permitir uma adequada interpretação dos relatórios contábeis.

Na economia brasileira grande parte dos contratos de compras, vendas, empréstimos, possuem percentuais representativos de juros embutidos nos valores contratados. Assim, torna-se necessário fazer os ajustes das contas a valor presente para, posteriormente, aplicar a técnica de correção monetária, demonstrando de forma mais clara o que realmente a empresa ganhou ou perdeu com a inflação.

3. AJUSTE A VALOR PRESENTE

Com a utilização da técnica de ajuste a valor presente, as contas do Ativo e Passivo são avaliadas por critérios que possibilitam apresentá-las a valores coincidentes com a data de cada transação, atendendo, assim, o Princípio do Denominador Comum Monetário.

As transações, que são realizadas por valores pré-fixados para liquidação futura, são responsáveis para que a administração tenha a necessidade de trabalhar com o conceito de valor presente. O valor do dinheiro no tempo tem sido peça fundamental para que a organização tome certas precauções, em termos de prazos e juros, para se proteger dos efeitos inflacionários existentes em uma economia.

Considerando o impacto que os juros pré-fixados provocam nas transações, as demonstrações contábeis, ao serem elaboradas em dado período, não refletem a realidade daquele

momento.

Desse modo, torna-se importante que tais transações geradoras de Direitos e Obrigações futuras em montantes pré-fixados sejam traduzidas a valor presente nos respectivos registros contábeis, fazendo o expurgo dos juros embutidos, tornando os valores compatíveis à época da transação. Assim, dá condições para que seja aplicada a técnica da correção monetária integral, partindo-se de valores que atendam o Princípio da Realização da Receita e do Confronto com a Despesa e ou da Competência dos Exercícios, observada a Convenção da Materialidade.

Padoveze (2004, p. 126) comenta que o primeiro procedimento a ser adotado para ajuste a valor presente é trazer para valores do final do balanço patrimonial os valores dos créditos e obrigações com valores prefixados e vencimentos futuros.

Pode-se dizer que, para aplicação do ajuste a valor presente necessita-se reconhecer o valor do dinheiro no tempo. Sendo assim, valor presente é o valor atual de um montante futuro.

Iudícibus et al (2003, p. 514) dizem que:

Na correção integral, como estamos trazendo todos os valores dos itens componentes das Demonstrações Contábeis para uma única data, nada mais justo que descontarmos dos valores a receber e a pagar este sobrepreço. Se o sobrepreço não tiver sido adicionado, de qualquer forma o ajuste deve ser feito para se trazerem os valores nominais a seus efetivos valores presentes.

Segundo Yamamoto (1994, p. 290): “Todos os itens não monetários adquiridos para pagamento a prazo precisam, primeiro, ser ajustados a valor presente, para depois serem transformados em UMC (Unidade Monetária Constante) ou passarem a ser corrigidos”.

Por exemplo, na aquisição de mercadorias a prazo a conta fornecedor (item monetário) não muda de valor com a aplicação do ajuste a valor presente, o que muda é o valor dos estoques (item não monetário), que são deduzidos dos juros pré-fixados para, posteriormente, serem transformados em UMC (Unidade Monetária Contábil), podendo, a partir daí, serem desenvolvidos os trabalhos com relação à correção monetária integral.

Com a aplicação do ajuste a valor presente, os juros embutidos nos montantes pré-fixados, oriundos de vendas e compras a prazos, ao invés de serem considerados como receitas de vendas

ou custos das mercadorias estocadas são tratados como receita financeira comercial a apropriar, retificadora dos valores a receber, e despesa financeira comercial a apropriar, retificadora dos valores a pagar. Nos respectivos vencimentos das parcelas a receber ou a pagar tais receitas e despesas são baixadas das contas a apropriar e levadas ao resultado do período nas contas receita financeira comercial e despesa financeira comercial.

Após a aplicação do valor presente, as contas, no momento da transação, são transformadas em UMC e, futuramente, na data da apresentação das demonstrações contábeis, são convertidas novamente para moeda corrente, gerando, assim, ganhos ou perdas nas contas monetárias e correção monetária nas contas não monetárias.

Após conhecerem as receitas financeiras comerciais do período e a perda com valores a receber, tais contas são confrontadas confirmando se realmente houve naquele período receita financeira comercial ou perda em função da inflação. Da mesma forma, ao apurar as despesas financeiras comerciais do período e os ganhos com valores a pagar também são confrontadas com a finalidade de verificar se houve realmente despesa financeira ou ganho em função da inflação.

A correção monetária apurada em função dos itens não monetários é incorporada ao respectivo item, alterando, assim, o seu valor contabilmente, passando a fazer parte do patrimônio da empresa.

Como contrapartida das contas de ganhos ou perdas com a inflação pode-se criar uma conta transitória, denominada de Ganhos ou Perdas com itens monetários, que, posteriormente, será zerada confrontando-se com a conta de correção monetária, gerada através da atualização dos itens não monetários.

Para melhor ilustração sobre a aplicação da correção monetária integral e do ajuste a valor presente, apresenta-se, a seguir, um caso com a tradução das contas a valor presente, conversão dos itens em moeda forte, aplicação da correção monetária integral, reconversão para moeda corrente e apresentação do resultado atualizado na data de encerramento do balanço.

4. APlicaçãO DO AJUSTE A VALOR PRESENTE E CORREÇÃO MONETÁRIA INTEGRAL

O caso apresentado tem como finalidade demonstrar como realizar a evidenciação das

demonstrações contábeis em moeda constante e moeda corrente ajustada, utilizando-se a técnica de correção monetária integral e ajuste a valor presente. Cabe salientar que, as Normas Internacionais de Contabilidade, para os casos de inflação compatíveis ao caso desenvolvido, não exigem a utilização da técnica de correção monetária integral para elaboração das demonstrações contábeis, mas recomenda sua aplicação para uma melhor performance da informação.

Devido a questões práticas, o exemplo restringe-se apenas a duas demonstrações básicas: Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício.

No Quadro 3 destaca-se o Balanço Patrimonial da empresa A em 31-12-2006:

Quadro 3 – Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	
EMPRESA – A	
ATIVO	
CIRCULANTE	
Disponível	5.000,00
Clientes	2.000,00
Estoques	80.000,00
NÃO CIRCULANTE	
Imobilizado	43.000,00
Total do Ativo	130.000,00
PASSIVO	
CIRCULANTE	
Fornecedores	20.000,00
Empréstimos	55.000,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Capital Social	50.000,00
Lucros Acumulados	5.000,00
Total do Passivo	130.000,00

No quadro 4 estão demonstrados os índices de inflação e as taxas de juros, hipotéticos, para o período em estudo, compreendendo dezembro de 2006 a fevereiro de 2007.

Quadro 4 – Taxas de juros e índices de inflação.

	Dezembro	Janeiro	Fevereiro
Taxa de Juros em percentual		3,00	3,00
Índice de Inflação	100,00	102,00	103,00

O quadro 5 apresenta as movimentações efetuadas no mês de janeiro de 2007, sendo que o critério de avaliação do estoque aplicado foi o PEPS (primeiro que entra, primeiro que sai):

Quadro 5 – Movimentação de janeiro de 2007

Empresa	A
Venda a prazo, vencimento em março	32.463,54
CMV	20.000,00
Compra a prazo, vencimento em março	10.821,18
Recebimento de duplicatas	9.180,00

O quadro 6 apresenta as movimentações efetuadas no mês de fevereiro de 2007:

Quadro 6 – Movimentação de fevereiro de 2007

Empresa	A
Venda a prazo, vencimento em março	40.208,11
CMV	26.500,00
Pagamento de fornecedores	10.094,00
Recebimento de duplicatas	12.051,00

No Quadro 7 são demonstrados os valores da movimentação de janeiro de 2007, com a apresentação dos fatos a valor presente em moeda corrente (R\$) e transformação para moeda constante (UMC).

Os cálculos a valor presente foram efetuados utilizando a seguinte fórmula:

$$VP = \frac{VF}{(1+i)^n}$$

VP = Valor presente

VF = Valor Futuro

i = Taxa de juros

n = Número de período de capitalização

Demonstração de cálculo das vendas constante no quadro 7:

$$VP = 32.463,54 \div (1+0,03)^2$$

$$VP = 32.463,54 \div 1,0609$$

$$VP = 30.600,00$$

Receita Financeira a Apropriar em Fevereiro = $30.600,00 \times 1,03 = 31.518,00 - 30.600,00 = 918,00$.

Receita Financeira a Apropriar em Março = $31.518,00 \times 1,03 = 32.463,54 - 31.518,00 = 945,54$.

O valor em moeda constante foi encontrado através da divisão do valor em moeda corrente (R\$) pelo

índice de inflação do mês da movimentação, exceto o saldo anterior, que foi dividido pelo índice de inflação de dezembro de 2006 e o CMV, que foi mantido a UMC da entrada da mercadoria no Estoque.

Quadro 7 – Movimentação em janeiro de 2007

	R\$	UMC
Venda		
Duplicatas a Receber	32.463,54	318,27
Vendas	30.600,00	300,00
Receita Financeira a apropriar em fevereiro	918,00	9,00
Receita Financeira a apropriar em março	945,54	9,27
Custo das mercadorias vendidas	20.000,00	200,00
 Compra	 R\$	 UMC
Mercadorias	10.200,00	100,00
Despesa Financeira a apropriar em fevereiro	306,00	3,00
Despesa Financeira a apropriar em março	315,18	3,09
Fornecedores	10.821,18	106,09
 Recebimento	 R\$	 UMC
Duplicatas a Receber	9.180,00	90,00

No Quadro 8 são demonstrados os valores da movimentação de fevereiro de 2007, com a apresentação dos fatos a valor presente e transformação para moeda constante. O valor em moeda constante foi encontrado através da divisão do valor em moeda corrente (R\$) pelo índice de inflação do mês da movimentação, exceto o saldo anterior, que foi dividido pelo índice de inflação de dezembro de 2006, e o CMV, que foi mantido a UMC da entrada da mercadoria no Estoque.

Quadro 8 – Movimentação em fevereiro de 2007

	R\$	UMC
Venda		
Duplicatas a Receber	40.208,11	390,37
Vendas	39.037,00	379,00
Receita Financeira a apropriar em março	1.171,11	11,37
Custo das mercadorias vendidas	26.500,00	265,00
 Pagamento	 R\$	 UMC
Fornecedores	10.094,00	98,00
 Recebimento	 R\$	 UMC
Duplicatas a Receber	12.051,00	117,00

O quadro 9 apresenta o reconhecimento das receitas e despesas financeiras que deverão compor o resultado do mês de fevereiro de 2007:

Quadro 9 – Apropriação de despesas e receitas financeiras

Despesas e Receitas Financeiras	R\$	UMC
Despesa Financeira	306,00	3,00
Receita Financeira	918,00	9,00

O quadro 10 demonstra como foram calculados os ganhos e perdas com itens monetários, sendo necessário fazer a movimentação das contas em moeda corrente e em moeda constante, multiplicando o saldo em moeda constante pelo índice de inflação de fevereiro e deduzindo o saldo em moeda corrente, encontrando, assim, o valor da perda.

Quadro 10 – Apuração de ganhos e perdas com itens monetários

	R\$	UMC
Caixa		
Saldo Inicial	5.000,00	50,00
Recebimento de duplicata em Janeiro	9.180,00	90,00
Pagamento de fornecedor em fevereiro	(10.094,00)	(98,00)
Recebimento de duplicata em fevereiro	12.051,00	117,00
Saldo em 28-02-2007	16.137,00	159,00
Perda no caixa $(159,00 \times 103) - 16.137,00 =$		240,00
 Clientes	 R\$	 UMC
Saldo Inicial	2.000,00	20,00
Vendas em janeiro	32.463,54	318,27
Recebimento de duplicata em janeiro	(9.180,00)	(90,00)
Vendas em fevereiro	40.208,11	390,37
Recebimento de duplicata em fevereiro	(12.051,00)	(117,00)
Saldo em 28-02-2007	53.440,65	521,64
Perda com clientes $(521,64 \times 103) - 53.440,65 =$		288,27
 Fornecedores	 R\$	 UMC
Saldo Inicial	20.000,00	200,00
Compra em janeiro	10.821,18	106,09
Pagamento em fevereiro	(10.094,00)	(98,00)
Saldo em 28-02-2007	20.727,18	208,09
Ganho com fornecedores $(208,09 \times 103) - 20.727,18 =$		706,09
 Empréstimos	 R\$	 UMC
Saldo Inicial	55.000,00	550,00
Saldo em 28-02-2007	55.000,00	550,00
Ganho com empréstimos $(550,00 \times 103) - 55.000,00 =$		1.650,00

O quadro 11 demonstra como foi calculada a correção monetária dos itens não monetários, sendo efetuada a movimentação das contas em moeda corrente e em moeda constante, multiplicando o saldo em moeda constante pelo índice de inflação de fevereiro e deduzindo o saldo em moeda corrente, encontrando, assim, o valor da correção. Como a correção monetária pode ser efetuada somente para fins de análise e não para fins societários e fiscais, o valor da correção do capital social foi incorporado diretamente ao capital. Cabe salientar que, somente será corrigido o lucro contabilizado até o final do período anterior, visto que o lucro do período é encontrado após a atualização de todas as contas de resultado.

Quadro 11 – Cálculo da correção monetária dos itens não monetários

	R\$	UMC
Estoques		
Saldo Inicial	80.000,00	800,00
Vendas em janeiro	(20.000,00)	(200,00)
Compras em janeiro	10.200,00	100,00
Vendas em fevereiro	(26.500,00)	(265,00)
Saldo em 28-02-2007	43.700,00	435,00
Correção monetária (435,00 x 103) - 43.700,00 =	1.105,00	
Despesas financeiras a apropriar		
Despesas financeiras a apropriar em março	315,18	3,09
Saldo em 28-02-2007	315,18	3,09
Correção monetária (3,09 x 103) - 315,18 =	3,09	
Receitas financeiras a apropriar		
Receitas financeiras a apropriar em março	945,54	9,27
Receitas financeiras a apropriar em março	1.171,11	11,37
Saldo em 28-02-2007	2.116,65	20,64
Correção monetária (20,64 x 103) - 2.116,65 =	9,27	
Imobilizado		
Saldo Inicial	43.000,00	430,00
Saldo em 28-02-2007	43.000,00	430,00
Correção monetária (430,00 x 103) - 43.000,00 =	1.290,00	
Capital social		
Saldo Inicial	50.000,00	500,00
Saldo em 28-02-2007	50.000,00	500,00
Correção monetária (500,00 x 103) - 50.000,00 =	1.500,00	
Lucros acumulados		
Saldo Inicial	5.000,00	50,00
Saldo em 28-02-2007	5.000,00	50,00
Correção monetária (50,00 x 103) - 5.000,00 =	150,00	

O quadro 12 demonstra como foi calculada a atualização monetária das receitas, custos das mercadorias vendidas e despesas do período, sendo efetuada a movimentação da conta em moeda corrente e em moeda constante, multiplicando o saldo em moeda constante pelo índice de inflação de fevereiro e deduzindo o saldo em moeda corrente, encontrando, assim, o valor da atualização.

Quadro 12 – Cálculo da atualização monetária das receitas e despesas

	R\$	UMC
Vendas		
Vendas em janeiro	30.600,00	300,00
Vendas em fevereiro	39.037,00	379,00
Saldo em 28-02-2007	69.637,00	679,00
Correção monetária (679,00 x 103) - 69.637,00 =	300,00	
Custo da mercadoria vendida		
Vendas em janeiro	20.000,00	200,00
Vendas em fevereiro	26.500,00	265,00
Saldo em 28-02-2007	46.500,00	465,00
Correção monetária (465,00 x 103) - 46.500,00 =	1.395,00	
Despesas financeiras		
Apropriação em fevereiro	306,00	3,00
Saldo em 28-02-2007	306,00	3,00
Correção monetária (3,00 x 103) - 306,00 =	3,00	
Receita Financeira		
Apropriação em fevereiro	918,00	9,00
Saldo em 28-02-2007	918,00	9,00
Correção monetária (9,00 x 103) - 918,00 =	9,00	

No quadro 13, a perda com clientes foi confrontada com a receita financeira, permanecendo com saldo a conta de maior valor. E a despesa financeira foi confrontada com ganhos com itens monetários, permanecendo com saldo a conta de maior valor. Assim, quando os saldos forem apresentados na demonstração de resultado do exercício é possível conhecer se a empresa teve um ganho ou uma perda em decorrência do processo inflacionário.

Quadro 13 - Compensação de perdas e ganhos, receitas e despesas financeiras

Compensação de receita financeira com perda com clientes		R\$
Receita financeira		927,00
Perda com clientes		(288,27)
Saldo em receita financeira		638,73
Compensação de ganhos com itens monetários com despesa financeira		R\$
Ganho com itens monetários		2.356,09
Despesa financeira		(309,00)
Saldo em ganhos com itens monetários		2.047,09

O quadro 14 demonstra o resultado do período base fevereiro de 2007, com valores em moeda corrente ajustado e em moeda constante, sendo que para encontrar o valor em moeda corrente ajustado das contas vendas (quadro 12) e CMV (quadro 12) multiplicou-se os saldos em moeda constante pelo índice inflacionário de fevereiro de 2007 (103).

Os valores das receitas financeiras e ganhos com itens monetários, que foram extraídos do quadro 13, e a perda inflacionária com o caixa, extraída do quadro 10, apresentam valores expressos em moeda corrente (Reais). Para encontrar os valores dessas contas em moeda constante, dividiu-se os valores em moeda corrente pelo índice inflacionário de fevereiro de 2007 (103).

Quadro 14 – Demonstração de Resultado do Exercício

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO EM FEVEREIRO DE 2007 EMPRESA – A		
	Moeda corrente ajustada	Moeda constante
Receita Operacional Bruta		
(+) Vendas	69.937,00	679,00
Custos das Mercadorias Vendidas		
(-) CMV	47.895,00	465,00
(=) Lucro Bruto	22.042,00	214,00
Outras Despesas e Receitas Operacionais		
(-) Perda no Caixa	240,00	2,33
(+) Ganhos com Itens Monetários	2.047,09	19,88
Encargos Financeiros Líquidos		
(+) Receitas Financeiras	638,73	6,20
(=) Resultado Líquido	24.487,82	237,75

O quadro 15 apresenta o Balanço Patrimonial com posição em 28 de fevereiro de 2007, com valores em moeda corrente ajustados e moeda constante.

Os saldos das contas em moeda corrente foram extraídos dos seguintes quadros: Disponível (quadro 10), Clientes (quadro 10), Receita Financeira a Apropriar (quadro 11), Estoque (quadro 11), Imobilizado (quadro 11), Fornecedores (quadro 10), Empréstimos (quadro 10), Despesas Financeiras a apropriar (quadro 11), Capital Social (quadro 11) e Lucros Acumulados (quadro 11 e quadro 14).

Os valores em moeda constante foram obtidos através da divisão dos valores em moeda corrente ajustados pelo índice inflacionário de fevereiro de 2007 (103).

Quadro 15 – Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL EM 28 DE FEVEREIRO DE 2007 EMPRESA – A		
	Moeda corrente ajustada	Moeda constante
ATIVO		
CIRCULANTE		
Disponível	16.137,00	156,67
Clientes	51.314,73	498,20
Duplicatas a receber	53.440,65	518,84
(-) Receita Financeira a Apropriar	2.125,92	20,64
Estoques	44.805,00	435,00
NÃO CIRCULANTE		
Imobilizado	44.290,00	430,00
TOTAL DO ATIVO	156.546,73	1.519,87
PASSIVO		
CIRCULANTE		
Obrigações operacionais	75.408,91	732,12
Fornecedores	20.727,18	201,23
Empréstimos	55.000,00	533,98
(-) Despesas Financeiras a Apropriar	318,27	3,09
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital Social	51.500,00	500,00
Lucro Acumulado	29.637,82	287,75
TOTAL DO PASSIVO	156.546,73	1.519,87

Diante do caso apresentado, pode-se perceber que com o uso das técnicas de ajuste a valor presente e da correção monetária integral é possível apresentar o resultado da empresa e a nova posição patrimonial, tanto em moeda corrente ajustada como em moeda constante.

5. CONCLUSÃO

Este estudo teve a proposta de contribuir para uma reflexão sobre a necessidade de se apresentar as demonstrações contábeis em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade, no que tange a elaboração dessas demonstrações em moeda corrente ajustada e moeda constante, utilizando a técnica da correção monetária integral.

Nesse contexto, as empresas brasileiras têm diante de si a oportunidade única de demonstrar a seriedade do seu compromisso com a prática de contabilidade de alta qualidade, através da adoção dessa linguagem universal. Com esse objetivo em vista, é recomendável que as empresas brasileiras avaliem a conveniência da divulgação das suas principais informações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade.

Devido às elevadas taxas de juros prefixadas praticadas no Brasil impelindo um custo financeiro oneroso, aplicou-se no caso prático o Ajuste a Valor Presente para evidenciar as receitas e despesas financeiras contidas nos valores realizáveis e exigíveis antes da conversão para moeda constante. Possibilitando, assim, apresentar um resultado mais próximo da realidade em cada período, bem como conhecer um valor livre de qualquer ônus financeiro para ser convertido em moeda constante.

Após a conversão para moeda constante, elaborou-se a movimentação de cada conta apresentando os saldos em moeda corrente e moeda constante. No final do período proposto para apresentação das demonstrações contábeis, o saldo de cada conta em moeda constante foi convertido novamente para moeda corrente, com valores ajustados, possibilitando encontrar as perdas ou ganhos com itens monetários e a correção dos itens não monetários.

Com a identificação dos ganhos, das perdas, com itens monetários, da correção monetária dos itens não monetários e das atualizações das vendas, custos e despesas tornou-se possível apresentar um resultado bem próximo da realidade.

Assim, foi possível apresentar a

Demonstração de Resultado do Exercício e o Balanço Patrimonial, tanto em moeda corrente ajustada como em moeda constante, vindo atender as exigências das Normas Internacionais de contabilidade, no que tange aos parágrafos 11 a 28 da NIC – 29.

(1) (Governança corporativa é o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia ao proteger todas as partes interessadas, tais como: investidores, empregados e credores, facilitando o acesso ao capital).

de índices inadequados na correção monetária das demonstrações contábeis. **IOB Informativo Dinâmico**. São Paulo, n.64, 1995.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 9249 de 26 de dezembro de 1995. Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

http://www.imf.org/external/pubs/cat/wp1_sp.cfm?s_year=2003&e_year=2003&brtype=default

HORNGREN, Charles T. **Contabilidade Gerencial**. São Paulo: Pearson Education, 2004.

IBRACON- Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. **Normas Internacionais de Contabilidade**. São Paulo: IBRACON, 1998.

IBRACON- Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. **Sumário da Comparação das Práticas Contábeis Adotadas no Brasil com as Normas Internacionais de Contabilidade- IFRS**-Brasília: CFC - Conselho Federal de Contabilidade; São Paulo: IBRACON, 2006.

ÍNDICES DE PREÇOS. Revista Conjuntura Econômica: Rio de Janeiro, v. 61, n.04, abril/2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. 6. edição, São Paulo: Atlas, 2003.

YAMAMOTO, Marina Mitiyo. **Aprendendo Contabilidade em Moeda Constante**. São Paulo: Atlas, 1994.

PADOVEZE, Clóvis Luiz. **Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 4. edição, São Paulo: Atlas, 2004.

SANTOS, Ariovaldo dos. Alguns efeitos da utilização